

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

A solução é política

Um aporte de US\$ 600 milhões feito ao Brasil pelos bancos credores repõe em cena expectativas favoráveis para a administração da dívida externa. A retomada dos fluxos financeiros, interrompidos desde o final de 1988, sucede ao pagamento de parcelas avalizadas pela União da ordem de US\$ 500 milhões, de modo que a operação tem sentido apenas simbólico. Mas é exatamente esse efeito o que, nas presentes circunstâncias, importa ao Brasil, na formulação de novas diretrizes para o encaminhamento das questões financeiras externas.

Os recursos agora liberados, correspondentes à penúltima parte de um empréstimo total de US\$ 5,2 bilhões, acordado em setembro do ano passado, deveriam ter ingressado no País em dezembro. Os banqueiros, contudo, viram no descumprimento de algumas metas do programa de estabilização ao motivo suficiente para embargar a transferência. O reajustamento de posições parece decorrer não só da atualização das pendências brasileiras, mas, principalmente, das inspirações colaboracionistas sugeridas pela divulgação do chamado Plano Brady.

No que diz respeito, portanto, à oxigenação do ambiente para o advento de novos critérios, capazes de conduzir o problema da dívida externa a um tratamento compatível com as dificuldades do Brasil, cer-

tamente o restabelecimento dos fluxos financeiros constitui contribuição positiva. Está longe, porém, de significar ação decisiva para solução substancial do conflito que, há décadas, perturba a vida econômica nacional, como de resto a dos países na mesma situação.

A parte os ângulos técnicos relativos à formação de ativos e passivos, ao valor dos resgates e aos saldos pendentes, sujeitos todos às mais graves suspeitas, a questão é hoje de caráter nitidamente político. O próprio presidente americano, George Bush, deu-lhe essa dimensão, anteriormente projetada no recinto da Assembléia Geral da ONU, em 1985, pelo presidente Sarney.

De fato, a permanência a ortodoxia no cumprimento das obrigações financeiras pactuadas, entre as quais figura a cláusula leonina da estimação dos juros pelos credores, as nações em débito serão inexoravelmente levadas à ruína e, obviamente, à convulsão político-social. Aí está vivo o exemplo da Venezuela, recentemente sacudida por violentos conflitos de rua, com duzentos mortos, em razão de protestos contra a política ditada pelo FMI para garantir a viabilidade financeira dos compromissos assumidos pelo país. Empréstimos são importantes, mas é essencial uma reavaliação contábil capaz de reduzir significativamente os estoques da dívida e estabelecer prazos e critérios de resgate mais justos. Paliativos ajudam, mas não resolvem.